

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JAQUELINE SILVESTRE SILVA

AFROBETIZAR:
personagens negros na obra de Kiusam de Oliveira

GOIÂNIA
2020



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): **JAQUELINE SILVESTRE SILVA**

Título do trabalho: **AFROBETIZAR: PERSONAGENS NEGROS NA OBRA DE KIUSAM DE OLIVEIRA**

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO



Documento assinado eletronicamente por **Jose Paulo Pietrafesa, Coordenador de Pós-graduação**, em 10/06/2021, às 08:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE SILVESTRE SILVA, Discente**, em 11/06/2021, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2121466** e o código CRC **3BE7F717**.

JAQUELINE SILVESTRE SILVA

AFROBETIZAR:
personagens negros na obra de Kiusam de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, como requisito parcial para nota. Realizado sob orientação do professor Dr. José Paulo Pietrafesa e coorientação professora Ma. Érika Fernanda Pereira de Souza.

GOIÂNIA

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Jaqueline Silvestre

Afrobetizar: [manuscrito] : Personagens negros na obra de Kiusam de Oliveira / Jaqueline Silvestre Silva. - 2020.
L, 50 f.

Orientador: Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa; co-orientadora Éika Fernanda Pereira de Souza.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Cidade de Goiás, 2020.

Bibliografia.

Inclui siglas, lista de figuras.

1. afrobetizar . 2. personagens negros . 3. Kiusam de Oliveira. 4. educação antirracista. I. Pietrafesa, José Paulo , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 31 dias do mês de maio do ano de 2021 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**AFROBETIZAR: PERSONAGENS NEGROS NA OBRA DE KIUSAM DE OLIVEIRA**”, de autoria de **JAQUELINE SILVESTRE SILVA**, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo Prof. José Paulo Pietrafesa – orientador (FE/UFG) e pela coorientadora doutoranda Érika Fernanda Pereira de Souza (PPGE/FE) com a participação do membro da Banca Examinadora: **PROFa. KELLEN CRISTINA PRADO DA SILVA** (FE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 9,0, tendo sido o TCC considerado **APROVADO**.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Kellen Cristina Prado Da Silva, Professora do Magistério Superior**, em 31/05/2021, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Paulo Pietrafesa, Coordenador de Pós-graduação**, em 31/05/2021, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ÉRIKA FERNANDA PEREIRA DE SOUZA, Usuário Externo**, em 09/06/2021, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE SILVESTRE SILVA, Discente**, em 11/06/2021, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2086225** e o código CRC **1C44FD31**.

AGRADECIMENTOS

“Ninguém vence nada sozinho!” Essa é uma frase que minha mãe costuma dizer pra exemplificar que em algum momento que seja minimamente, uma pessoa vai precisar de alguém. Essa frase ela também usa para falar que quando alguém vence, a imprensa e o senso comum apontam sempre o esforço individual e se der algo errado a primeira a ser apontada é a mãe. A primeira culpa sempre é da mãe.

Nós também acostumamos parafrasear um professor de sociologia que eu tive no meu primeiro ano de graduação em Ciências Sociais que sempre dizia “A culpa quando não é da mãe, é do sistema!” A culpa foi da minha mãe por eu ter chegado até aqui e em outros lugares, a culpa positiva por insistir em acreditar na educação a qualquer custo, por ter até dois empregos para pagar escola particular na minha infância para eu estudar em ambientes melhores do que ela conseguiu, por incentivar a leitura e por fazer até empréstimos para comprar livros didáticos no ensino médio. Meu primeiro agradecimento é sem dúvidas para ela, minha primeira experiência em ver Deus nas pessoas! Sirlene Silvestre é amor, educação, fé, afeto e força!

Agradeço ao trabalho, persistência, paciência, compreensão e dedicação dos meus orientadores, Erika Fernanda Souza e José Paulo Pietrafesa que me muito me ajudaram a desenvolver este texto compreendendo minhas limitações e dificuldades, e também incentivando as qualidades.

Meus amigos da Faculdade de Educação que eu vou levar para vida, o Matheus Alexandre, Euvane Guarnieri e o Lucas Santos (por todos os cafés nas mesinhas do pátio) que me ajudaram muito a me manter na faculdade através da amizade, trabalhos em grupo e diálogos.

Amigos como Luiz Antônio, Cintia (melhor vizinha), Marcus Moraes, Simone, Thainá Gondim que fizeram toda diferença na quarentena e em minha vida desde que entraram, contribuindo com ações, cuidados, amizade e disponibilidade. Meu irmão Gabriel Jefferson que me emprestou seu computador por diversas vezes durante a graduação e ao seu pai, meu padrao (*in memoriam*) que não vai poder compartilhar esse momento, mas que sempre torceu por mim.

Meu quilombo que tem me apoiado em diversos momentos nas mais diferentes áreas do conhecimento e vivências incríveis: Jordana Barbosa amiga e companheira das melhores viagens, colecionamos muitas histórias em uma década, textos, risos e lágrimas que me deu minha companheira dorminhoca de escrita a Jala, Mariza Fernandes, Nathália Simão, Júlia Leal,

Lorrayne Rodrigues, Kênia Alves, Flávio Batista, Flávio José Vieira, Lívia Luz, Mariah Moreira, Fabiolla Rizzo, Wellington Rodrigues, Juliana Jardel e Jefferson Acevedo.

Eu não cheguei aqui sozinha e não seguirei sozinha por isso agradeço imensamente a todos que contribuíram nesse processo em algum momento, processo este que também é um rito de passagem. O meu muito obrigado a todos!

*“a gente nasce preta, mulata,
parda, marrom, roxinha dentre outras,
mas tornar-se negra é uma conquista.”*

Lélia Gonzalez

RESUMO

SILVA, Jaqueline Silvestre. AFROBETIZAR: Personagens negros na obra de Kiusam de Oliveira. 2021. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Este trabalho tem como título “Afrobetizar: personagens negros na obra de Kiusam de Oliveira”, surgiu das inquietações ao observar a literatura infantil que é um instrumento tão presente no trabalho pedagógico. Faz um breve traçado histórico ressaltando os pontos relevantes do caminho que o negro percorreu na história do Brasil, seus entraves para acessar a educação, racismo estrutural e institucional, e como estas questões refletem no contexto escolar. Tem como objetivo principal abordar “afrobetizar” como um novo conceito de ensino-aprendizagem que envolve a história e cultura afro-brasileira e africana, sendo esta nova de atuação uma possibilidade de educação antirracista na prática. Possui os objetivos específicos de compreender como o racismo afeta a educação e refletir como a literatura infantil interfere na formação de leitores na primeira infância. O fato de poucos personagens negros aparecem nas histórias infantis, notou-se que isso se aproxima da ausência deles nos livros e/ou reforça estereótipos e concepções ruins de ser negro. Em contrapartida o trabalho busca realçar a importância de Kiusam de Oliveira como autora negra, educadora e criadora de conteúdos que são relevantes para derrubar paradigmas sobre a identidade negra na infância e combater o racismo. Ela retrata personagens negros de forma positiva em sua obra, e dá protagonismo e representatividade para eles. Foram analisadas duas obras da autora: os livros *O mundo no black power de Thayó* e *O black power de Akin*, ambas com protagonistas negros que têm suas trajetórias marcadas por seus cabelos crespos no penteado *black power*.

Palavras-chave: afrobetizar, personagens negros, Kiusam de Oliveira, educação antirracista.

ABSTRACT

The title of this work is “Afrobetizar: black characters in the work of Kiusam de Oliveira”, it arose from the concerns of observing children's literature, which is such a present instrument in pedagogical work. It makes a brief historical outline highlighting the relevant points of the path that black people have taken in the history of Brazil, their obstacles to accessing education, structural and institutional racism, and how these issues reflect in the school context. Its main objective is to approach “afrobetizar” as a new concept of teaching-learning that involves Afro-Brazilian and African history and culture, with this new approach being a possibility of anti-racist education in practice. It has the specific objectives of understanding how racism affects education and reflecting on how children's literature interferes in the formation of readers in early childhood. The fact that few black characters appear in children's stories, it was noted that this approximates their absence in the books and/or reinforces stereotypes and bad conceptions of being black. On the other hand, the work seeks to highlight the importance of Kiusam de Oliveira as a black author, educator and creator of content that is relevant to overturning paradigms about black identity in childhood and combating racism. She portrays black characters positively in her work, and gives them protagonism and representativeness. Two works by the author were analyzed: the books *The world in Tayó's black power* and *The Akin's black power*, both with black protagonists whose trajectories are marked by their curly hair in a black power hairstyle.

Keywords: afrobetizar, black characters, Kiusam de Oliveira, anti-racist education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Capa do livro <i>O black power de Akin</i>	41
Figura 2 Capa do livro <i>O mundo no black power de Tayó</i>	42
Figura 3 Ilustração da personagem Tayó.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação para Jovens e Adultos

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

FNLIJ – Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil

LDBEN – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional

MNU – Movimento Negro Unificado

PNBE – Plano Nacional Biblioteca Escolar

PROAC – Programa de Ação Cultura

USP – Universidade de São Paulo

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SME – Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	13
<i>CAPÍTULO I- AS PARTICULARIDADES DE SER NEGRO NO BRASIL</i>	16
1.1 Racismo e construção da identidade negra brasileira.....	16
1.2 O negro no espaço escolar e na literatura infantil	21
<i>CAPÍTULO II- A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA LITERATURA INFANTIL</i> ...	25
2.1 Afrobetizar como forma de educação antirracista.....	25
2.2 Importância da literatura infantil na formação de leitores na primeira infância	28
<i>CAPÍTULO III - AUTORES NEGROS NA LITERATURA INFANTIL EXISTEM E RESISTEM</i>	32
3.1 Quem é Kiusam de Oliveira?	32
3.2 O <i>black power</i> de Tayó e de Akin.....	36
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	43
<i>REFERÊNCIAS</i>	46

INTRODUÇÃO

O racismo está presente há bastante tempo em várias instâncias discussões sobre um dos problemas graves que afetam o Brasil e conseqüentemente o sujeito negro na sociedade brasileira sofrerá suas conseqüências. Quando este problema atinge a educação é possível identificar a necessidade de uma educação antirracista, uma vez que a educação tradicional ainda vigente na maioria das escolas é demarcada pelo impasse do acesso do negro ao longo da história do país e contribuiu para o reforço da imagem negativa atribuída a pessoas negras. Ainda atualmente nota-se ausência de personagens negros na educação infantil e muito embora, a Lei 10.639/03, torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Posteriormente alterada pela Lei 11.645/08, que acrescenta no corpo do seu texto o ensino de ensino de história e cultura também dos povos indígenas que também foram marginalizados.

O interesse por tal temática se deu no início do ano 2019 mediante a participação como ouvinte em conferências, oficinas e debates produzidos e realizados na *XII Edição do Festival Latinidades*, organizado pelo Instituto Afrolatinas¹ que aconteceu na cidade São Paulo – SP, tendo proporcionado o contato intenso com o conhecimento intelectual e artístico produzidos pela negritude atualmente. Em 2020, a participação no curso de extensão universitária da Pontifícia Universidade Católica de Goiás intitulado *Diversidade cultural, educação antirracista e literatura afro-brasileira infanto-juvenil*, ministrado pela professora Mestre em antropologia social pela Universidade Federal de Goiás Fátima Regina Almeida de Freitas, reafirmou a decisão pelo tema do presente trabalho, somado ao contato com a obra de Kiusam de Oliveira.

Nesse sentido, o presente estudo está norteado para entendimento desse novo conceito em educação, a saber, “afrobetizar” e suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem, bem como os aportes de autores negros como Kiusam de Oliveira oferecem à educação infantil e como estas concepções podem ser utilizadas no processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil.

¹ O Instituto Afrolatinas é uma organização de mulheres negras, que desenvolve ações transversais, a partir do lugar das artes, da cultura e da educomunicação. Uma plataforma de formação, aceleração, inovação, tecnologia e impacto social, que se utiliza de metodologias disruptivas para atuar nos temas do empreendedorismo; geração de renda; produção, gestão cultural, políticas públicas e empoderamento, especialmente, de mulheres e meninas negras (FESTIVAL LATINIDADES, 2019).

Para desenvolvimento deste trabalho utilizou-se a metodologia bibliográfica de cunho qualitativo, por meio de análise de artigos, livros e sites relacionados ao tema. Para Tozoni-Reis (2009, p. 36) a análise e pesquisa de dados bibliográficos “tem como principal característica o fato de que o campo onde será feita a coleta dos dados é a própria *bibliografia* sobre o tema ou objeto que se pretende investigar”. Tomando por base o pensamento de Tozoni-Reis (2009), em toda pesquisa há um levantamento bibliográfico seja qualitativa ou quantitativa em relação ao tema a ser investigado, mas para a produção do conhecimento pretendido na pesquisa bibliográfica os autores e obras selecionados são os próprios dados para o desenvolvimento da pesquisa. Segundo Moraes (2003, p. 192) “a análise qualitativa opera com significados construídos a partir de um conjunto de textos. Os materiais textuais constituem significantes a que o analista precisa atribuir sentidos e significados”.

Neste esboço, a pesquisa bibliográfica e análise de conteúdos direcionou dentre outros apontamentos, que a sociedade brasileira tem o racismo impregnado no seu tecido social e ele atravessa várias instituições atingindo o sujeito negro de diversas formas, sejam elas individual e/ou coletiva. O racismo estrutural perpassa as instâncias da sociedade econômica, política e institucional. Na escola, não é diferente: crianças negras também arcam com as consequências do racismo. Em seu momento inicial busca-se discutir as especificidades de ser negro no Brasil, e como o racismo intervém na identidade negra brasileira, assim como esta se constrói, historicamente, o conceito de raça que molda ao longo do tempo e de que forma o negro é encarado no espaço escolar e na literatura infantil.

Num segundo momento, buscou-se a reflexão sobre representatividade e como ela interfere na educação, e o desdobramento de um novo conceito “afrobetizar”. Analisou-se alguns apontamentos sobre como esse conceito pode acrescentar mudanças positivas no processo ensino-aprendizagem. Sob a perspectiva da autora Sônia Rosa (2017), identificou-se os apontamentos sobre a importância da literatura infantil na formação de leitores na primeira infância e o pensar na leitura para as crianças desde a sua primeira infância e sua relação com os personagens encontrados nos livros, com os quais se têm contato.

Ao final deste esboço, questionou-se a invisibilidade de autores negros brasileiros produtores de literatura infantil, tendo escolhido, dentre os autores, Kiusam de Oliveira e obras este publicou voltadas para a literatura infantil e juvenil; escolheu-se (2) dois livros para falar de representação positiva de personagens negros: “O mundo no black power de Tayó” e o “O black power de Akin”.

Por último, mas não menos importante, identifica-se o papel que a escola assume a partir da Lei 10. 639/03 e sua importância na mudança de condutas institucionais, posturas individuais

e coletivas. Tal instituição que se apresenta, é o instrumento para combate ao racismo e mudanças de práticas para se criar novas possibilidades e ações para formação de uma identidade positiva do negro desde a infância, acolhimento (educação infantil também envolve o cuidado) e representatividade no espaço escolar.

CAPÍTULO I- AS PARTICULARIDADES DE SER NEGRO NO BRASIL

Para refletirmos sobre como é ser negro no Brasil e suas especificidades no contexto social e histórico que esse sujeito se constituiu, é necessário analisar sua trajetória ao longo do tempo, mais precisamente desde o período colonial até os dias de hoje. Este capítulo abordará pontos relevantes sobre os desdobramentos do processo de escravização do povo negro neste país, seus reflexos e o modo como o racismo afetou as trajetórias humanas.

A socialização é uma marca do homem enquanto ser social, a escola como formadora de sujeitos e valores através dos conteúdos ministrados é uma importante instituição que está na base da estruturação da sociedade. Buscou-se compreender de que forma o sujeito negro é visto e tratado dentro do espaço escolar e como a escola atuou e vem atuando a despeito dos processos excludentes e que envolvem o racismo que se engendrou das vivências da sociedade brasileira.

1.1 Racismo e construção da identidade negra brasileira

A questão racial no Brasil já foi protagonista de muitas discussões dentro da antropologia, sociologia, educação, etc; a raça é considerada como uma categoria histórico-social que surgiu no século XVI. Nas discussões antropológicas e filosóficas tendem a fornecer uma análise voltada para a representação social do negro e outras etnias, entretanto, analisar apenas a representação social ainda é insuficiente para compreender os aspectos fundamentais do sujeito, a saber seus aspectos simbólicos da cultura.

Segundo Segato (2005) “cor é signo” e o valor cultural e sociológico empregado a ela [a cor] interfere na capacidade social e no processo de significação incorporada ao indivíduo, ou seja, o indivíduo tende a incorporar em sua identidade significados atribuídos a ele. Ainda sobre o conceito de raça, Almeida (2019) caracteriza de forma direta a significação da cor ao longo do tempo, que desempenha um importante papel para a consolidação do racismo, vejamos como o autor estrutura seu argumento:

[...] raça é um conceito cujo significado só pode ser recolhido em perspectiva relacional. Ou seja, raça não é uma fantasmagoria, um delírio ou uma criação da cabeça das pessoas mal-intencionadas. É uma relação social, o que significa dizer que a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos (p.52).

A partir dessa proposição, é necessário traçarmos um breve histórico dos pontos marcantes da criação de barreiras sociais para compreender como o Estado e as leis brasileiras

contribuíram para a consolidação do racismo enquanto sistema normativo, a ponto de se perpetuar até hoje.

Em 1824 os negros foram considerados “objetos semoventes”, não possuíam o estatuto de sujeitos dignos, isto é, foram instanciados enquanto objeto (PEREIRA, 2019). Com isso a dignidade humana das pessoas negras, já há muito tempo fora extorquida no escopo da construção do estado de direito, ganha essa definição legal, por sua vez, seus corpos foram considerados apenas para trabalho, fosse ele de qualquer espécie.

No decreto de nº 15 em 1839 no Rio de Janeiro, é uma lei sobre instrução primária a legislação definiu que negros não poderiam frequentar a escola pública (FÉLIX, 2018). Em 1850 foi aprovado a lei de terras, onde negros eram proibidos de possuir propriedade privada (GADELHA, 1989). Em 1870/1880 inicia-se a discussão sobre o final da escravidão; em 1871 a Lei do Ventre Livre garante a liberdade de crianças nascidas a partir daquela data e a lei do sexagenário em 1885, onde pessoas escravizadas com idade acima de 60 anos poderiam ser libertas. A Lei Áurea, lei nº 3 353 de 13 de maio de 1888, marca a abolição da escravatura, e o Brasil passa a ser o último país a abolir a escravidão nas Américas, vale ressaltar que a outorga da Lei Áurea foi resultado da luta do movimento abolicionista, quilombos, irmandades religiosas, dos próprios negros e não a tão famosa e mencionada benevolência da princesa Isabel (BARRETO, 2010).

Em 1890, com o decreto número 847 que determinava a prisão de “vadios e capoeiras”, o estado elabora através dessa medida uma forma de encarcerar homens negros e marginalizar a população negra que a essa altura já havia sido empurrada para as margens da sociedade: periferias, subalternidade e desemprego. A discriminação da população negra se aprofunda cada vez mais, em 1934 a eugenia foi garantida na Constituição brasileira no artigo 138, no início da era Vargas, governo que fora influenciado pelos ideais nacionalistas da Europa. Deixa explícito os ideais de clareamento da população para melhoramento da sociedade brasileira. Projeto esse que contempla a educação também como forma de consolidar esse plano de suposta melhora (ROCHA, 2018). A miscigenação, característica marcante da sociedade brasileira, foi relacionada a um mal para o progresso, ela [a miscigenação] considerada um fator de atraso e que devia ser ligado ao branqueamento (em uma tentativa de europeização) do povo para o melhoramento social.

Outros fatos históricos que merecem destaque em relação a luta e dificuldades nota-se que: Em 1937 a proibição da Frente Negra Brasileira (importante organização de luta por direitos de pessoas negras, em 1936 é considerada um partido político) durante a implementação “Estado Novo” primeira era do governo Vargas, pois eram proibidas manifestações partidárias.

Em 1951 a lei Afonso Arinos marca como primeira lei de combate ao racismo no país, não tipifica preconceito racial como crime mas somente como contravenção, é um importante marco na luta por direitos. Em 1968 a lei do boi 5465/68 decide que nas instituições de ensino superior 50% das vagas fossem destinadas a fazendeiros latifundiários, atendendo de forma declarada aos interesses da classe social dominante, branca e rica.

Na tentativa de se minimizar o déficit histórico de negação de direitos da população negra, através de lutas afirmativas do movimento negro e reparação histórica no Brasil surge em 1999 a discussão sobre o sistema de cotas, que passa a ser implantado em algumas universidades públicas brasileiras a partir de 2001, garantidas através da Lei nº 12.711/2012, popularmente conhecida como “Lei das Cotas”. Esta lei garante o acesso de pessoas negras aos cursos superiores em universidades públicas combatendo o racismo institucional (TREVISOL; NIEROTKA, 2015). Muito importante conquista para reparação histórica mas é importante destacar que nesse contexto raça nesse quesito é secundarizada, pois o crivo para ingresso de pessoas negras nas universidades não está ligada somente a cor da pele, mas a cor da pele aliada ao fator socioeconômico, ou seja, negros e pardos de baixa renda oriundos de escolas públicas.

Podemos constatar com essa demonstração explicitada através do estatuto jurídico brasileiro que, na história do Brasil, o negro foi considerado um problema, mesmo antes de sair das senzalas, os mais de 130 anos após abolição não foram suficientes para transformar a ótica pautada no racismo².

Desse modo, podemos asseverar que, as forças coercitivas, sejam elas de ordem jurídica, social ou simbólica compõem essa estrutura de violências em que se assenta o racismo, como pode-se constatar através do panorama retrospectivo que apresentamos.

Verificamos que na situação racial no Brasil existe uma variação de situações e localidades na maneira como se dá racismo nas relações sociais dos brancos e “não-brancos”, atravessando os sujeitos de forma individual e coletiva

O efeito disso é que o racismo pode ter sua forma alterada pela ação ou pela omissão dos poderes institucionais - Estado, escola etc.-, que podem tanto modificar a atuação dos mecanismos discriminatórios, como também estabelecer novos significados para

² A origem do racismo no Brasil é compreendida de diferentes formas, dependendo da obra e autor a serem estudados. Enquanto Schwarcz (1993) situa o racismo no processo de escravismo colonial brasileiro, Gorender (1978) e Gonzalez (1983) trarão contribuições para se pensar o racismo como uma herança da colonização portuguesa, assentada na constituição de Portugal, nas guerras de reconquista (séculos XII, XIII), no qual tiveram contato com povos do norte da África (Mouros e berberes), que invadiram a península ibérica, e terminaram sendo expulsos. Na concepção desses autores, o racismo português, construído na relação com esses povos, foi instituído no processo de colonização.

a raça, inclusive atribuindo certas vantagens sociais a membros de grupos raciais historicamente discriminados (ALMEIDA, 2019, p.41).

O racismo estrutural no Brasil, coloca o negro em desvantagem social, econômica e política. Atualmente há um apontamento improcedente ao afirmar que existe “racismo reverso”. Funciona como um sistema de opressão no qual o negro vai sofrer inúmeras barreiras e consequências negativas pela cor da pele. O estigma da raça e esse sistema de opressão tão bem elaboradas que não dá ao negro poder de ser “racista ao avesso”, como pode um grupo oprimido ter tanto poder a ponto de ditar as regras ao opressor? A estrutura na qual o sujeito se encontra no sistema de opressões em detrimento de sua cor não permite que um comportamento de preconceito que aconteça de forma isolada, determine as consequências de um grupo que detém o poder. Essa manobra racista da seguinte forma

Não existe racismo de negros contra brancos ou, como gostam de chamar, o tão famigerado racismo reverso. Primeiro, é necessário se ater aos conceitos. Racismo é um sistema de opressão e, para haver racismo, deve haver relações de poder. Negros não possuem poder institucional para ser racistas. A população negra sofre um histórico de opressão e violência que a exclui (RIBEIRO, 2018, p. 132).

No Brasil o racismo se manifesta de várias formas, pode estar intrínseco em piadas e frases feitas, sendo escrachado ou não. Como é crime (parágrafo 3º do artigo 140 do Código Penal) nem sempre é admitido por quem comete, seja por medo de ser preso ou interpretado como racista, pessoa má educada ou de má índole tende a ser negado. Em comparação com outros países, no Brasil assume características diferentes. Segundo Nogueira (2006) a forma com que a pessoa sofrerá preconceito será determinado a partir das suas características físicas do indivíduo, incluindo a fisionomia, gestos e o sotaque, neste caso é destacado o fenótipo que o indivíduo possui, nos Estados Unidos o preconceito é de origem, ou seja, para que um indivíduo sofra o preconceito e suas consequências, basta ele pertencer a determinado grupo étnico independente de possuir traços físicos, “traços negróides”. Ainda de acordo com Nogueira,

Quanto à carga afetiva: onde o preconceito é de marca, ele tende a ser mais intelectual e estético; onde é de origem, tende a ser mais emocional e mais integral, no que toca à atribuição de inferioridade ou de traços indesejáveis aos membros do grupo discriminado (2006, p.295).

A identidade negra como se constituiu foi forjada no decorrer da história por um reforço que exclui aparência de pessoas que não seja do padrão da branquitude, constituída de forma negativa. Foram as narrativas dos grupos dominantes que ajudaram na construção da identidade

e carrega em si um padrão determinado, de forma rígida pois não está próximo do que é socialmente aceito e considerado bom

Os marcadores sociais em determinado sentido estabelecem limites através dos quais os sujeitos constroem suas identidades, incidindo assim na sua produção. Posto isso, para compreender o processo de construção identitária é importante perceber que as diferenças raciais, como assinala Stuart Hall, ‘não nos constituem inteiramente, somos sempre diferentes e estamos sempre negociando diferentes tipos de diferenças – de gênero, sexualidade e de classe (FERNANDES; SOUZA, 2016, p.106).

Em síntese, é importante a desconstrução negativa da identidade negra, na qual a escola se torna um importante espaço de discussão e construção da identidade negra a partir da narrativa de seu próprio povo, enfatizando sua cultura não somente sobre a ótica da escravidão.

Por outro lado, ser negro como “identidade política” significa fazer parte do grupo que compartilha as consequências de ser passível dessa leitura, de ser suporte para essa atribuição, e sofrer o mesmo processo de “outrificação” no seio da nação Segato (2005). O signo da cor no Brasil se torna mais particular a medida em que nos afastamos da ideia de colônia e nos aproximamos da atualidade onde um processo de segregação se instala entre as pessoas e suas relações sociais.

Sem dúvida o processo histórico da sociedade brasileira contribui para o contexto, significação e salienta a definição do que é socialmente importante. Raça também é signo se torna dependente do contexto a qual está submerso para ser definido, adquirir significado e delimitação. Podendo variar de acordo com o poder hegemônico, contexto histórico, país e sociedade a qual está inserida, pois é uma construção social.

Há uma tentativa de homogeneização de nacionalidade fruto do pós-colonialismo, aliada a essa ideia de nação, visa acabar com as diferenças englobando o branqueamento como solução, a população negra ainda é reféns de um resquício colonial significativo que impõe parâmetros para as estruturas sociais brasileiras.

Na luta pela igualdade racial e empoderamento do negro o ensino da diversidade como fonte transformadora social e de política de combate ao racismo desde a mais tenra infância se faz necessária em combate dessas concepções pré-estabelecidas pelo poder hegemônico, tentando fazer com que se diminua a segregação e a mudança no signo até agora instalado, facilitada pelo curso da história e pelo sistema econômico.

Existem políticas públicas resultante de lutas do movimento negro, como por exemplo o sistema de cotas, que busca introduzir a pessoa negra e o seu signo a um cenário ao qual ela não estava habituada a transitar. São diversas situações para fazer com que as estruturas

hierarquizantes se tornem menos engessadas para possibilitar e dar alternativas de mudança do signo negro. Atingindo também a educação como uma importante instituição social afetando na formação de indivíduos e reprodução de valores.

1.2 O negro no espaço escolar e na literatura infantil

Os processos que envolvem o racismo estrutural e o mito da democracia racial³ impactaram de múltiplas formas na sociedade brasileira, como no encarceramento em massa da população negra, altos índices de desemprego, pobreza e não menos importante na educação. Além dos impedimentos legislativos para que o negro pudesse acessar o espaço escolar ao longo dos anos, atualmente ainda há uma dificuldade de pertencimento as instituições de ensino. Essas condições que são resquícios de uma sociedade escravocratas que oprimiu, taxou e criminalizou o negro de forma tão cruel e abominável reflete ainda nos espaços escolares. Isso ocorre tanto no trato do aluno negro, quanto na forma que os negros são representados nos livros didáticos e livros literários trabalhados no sistema educacional desde o ensino a educação infantil até o ensino médio.

Como reflexo do que aconteceu no passado, as diversas leis que impediram o negro de acessar a escola, na atualidade é possível perceber a exclusão do negro no espaço escolar como se aquele não fosse seu lugar, ou na maioria das vezes enxergado como uma inadequação no espaço escolar, visto como um problema

Neste caso, veremos que a presença significativa de alunos e alunas negros nas ditas “classes especiais” representa um reflexo da desigualdade racial que assola a sociedade brasileira e impregna a estrutura de suas diversas instituições. Ou seja, a própria estrutura da escola brasileira, do modo como é pensada e realizada, exclui o aluno e a aluna negros e pobres (GOMES, 2002, p. 41).

O educador tem um papel importante na sua formação docente atuação no cotidiano para quebrar se conseguir quebrar esses paradigmas na escola. É importante ter sempre em mente consciência de classe e consciência racial respeitando as diferenças de ser negro e a diversidade étnica que compõe o país. Conforme sugere Gomes (2002),

Talvez, um dos primeiros passos a ser dado pelas educadoras e pelos educadores que aceitam o desafio de pensar os vínculos entre educação e identidade negra seja

³ Democracia racial é um conceito que está ligado diretamente a negação do racismo, teoria esta difundida pela obra de Gilberto Freyre. Considera que o no Brasil não há racismo por ser miscigenado e que as raças convivem com iguais direitos e condições de se afirmarem enquanto sujeitos. É considerado um mito pois não condiz com a realidade, a sociedade brasileira é pautada no racismo estrutural.

reconhecer que qualquer intervenção pedagógica a ser feita não pode desconsiderar que, no Brasil, vivemos sob o mito da democracia racial e padecemos de um racismo ambíguo. A partir daí, é preciso compreender que uma das características de qualquer racismo é sustentar a dominação de determinado grupo étnico/racial em detrimento da expressão da identidade de outros. É no cerne dessa problemática que estamos inseridos, o que significa estarmos em uma zona de tensão (GOMES, 2002, p.42).

Por exemplo, na pesquisa sobre Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) “PNBE 2010: personagens negros como protagonistas”, Arena e Lopes (2013) constataram que dentro do programa que visa o incentivo à leitura, nos seus quatro acervos analisados, totalizando cem livros infantis. Analisando-se os livros por seus resumos e fotos dos personagens nos sites da editora, desses apenas oito possuíam personagens negros como protagonistas. É alarmante o fato de um número tão reduzido de exemplares levando em consideração a quantidade que o acervo disponibiliza.

Após a seleção dos livros destes oito livros e leitura com as crianças foram feitos grupos focais, com perguntas direcionada a identificação étnico racial das crianças, assim como nos livros as crianças se definem como “morenas”, a palavra negro ou preto soa de forma negativa a ponto de só um livro utilizá-la para caracterizar um personagem.

Isso afeta a construção da imagem e identificação da criança negra, pois que no processo de “contação de história”, elas se apropriam do personagem a ponto de querer ser ou ser o personagem, sendo esse processo comum na infância. Apenas uma criança se denomina como negro de forma tímida, outra que é intitulada como negra por um colega o ameaça de agressão física, pois considera ser negro uma ofensa (ARENA; LOPES, 2013).

Isso é tão grave pois alimenta uma baixa estima e desejo de afastamento de quem se realmente é fisicamente a ponto de querer se aproximar do oposto para reafirmar, para assim se sentir aceitos e bem consigo:

A dor e as condições de inferioridade e de submissão sofridas ao longo da história são representações negativas que levam as crianças negras leitoras a experimentar o desejo de eliminar de si a sua própria cor, característica mais perceptível do estigma de inferioridade. Na impossibilidade de tal ação, só lhes restam o desejo de serem cópias das crianças brancas, aceitas e respeitadas no espaço escolar (ARENA; LOPES, 2013, p. 149).

A descrição e transcrição do diálogo do grupo focal sobre os livros, deixa notável o fato de algumas crianças que apresentam “traços negroides” de acordo com a descrição dos autores,

mas se consideram “morenas” e não negras. Ficando também surpresas com uma princesa negra, alegando conhecer apenas as princesas brancas difundidas pelos desenhos animados e livros infantis mais comuns. Os autores revelam a importância de personagens negros que não reforcem os estereótipos de inferioridade e subalternidade comumente atribuídos a identidade negra, sendo conteúdo também de alguns livros analisados. Personagens que demonstrem o contrário são necessários para que a auto estima e imersão da criança negra na leitura e o gosto para ler através da identificação com os personagens, como é comum nos leitores infantis, ao se sentir incorporada na leitura assim como as crianças brancas:

Não é fácil construir uma identidade negra positiva convivendo e vivendo num imaginário pedagógico que olha, vê e trata os negros e sua cultura de maneira desigual. Muitas vezes os alunos e as alunas negras são vistos como “excluídos”, como alguém que, devido ao seu meio sociocultural e ao seu pertencimento étnico/racial, já carrega congenitamente alguma “dificuldade” de aprendizagem e uma tendência a “desvios” de comportamento, como rebeldia, indisciplina, agressividade e violência. Essas concepções e essas práticas pedagógicas, repletas de valores e representações negativas sobre o negro resultam, muitas vezes, na introjeção do fracasso e na exteriorização do mesmo pelos alunos e alunas, expresso numa relação de animosidade com a escola e com o corpo docente. Diante de uma estrutura e de práticas excludentes não é de se estranhar que muitos alunos e alunas negras introjetem o racismo e o preconceito racial (GOMES, 2002, p. 41-42).

A escola é um importante espaço de conhecimento institucionalizado e inculcação de valores para que o racismo seja combatido de forma efetiva e haja uma quebra no que vem perdurando através dos anos, pois na escola as relações que se desenvolvem são amplas envolvendo individual e coletivo, família e comunidade nesse espaço pode haver desdobramento em conflitos além das relações interpessoais positivas e negativas. Pensar a educação para além dos modos reprodutivistas que atendem os interesses e valores das classes hegemônicas, através de conteúdos programados e perpetuados ao longo do tempo sem reflexão ou criticidade (BOURDIEU; PASSERON, 1982).

A Lei nº 10.639/ 2003 e posteriormente a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, estas são um marco importante na educação para que seja discutido estudos étnico raciais, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira no ensino médio e fundamental, também das etnias indígenas. A identificação positiva das crianças negras na construção de suas identidades individuais e coletivas, deve ser pensada.

A produção e leitura de livros literários que tem personagens negros como protagonistas existem e devem ser consideradas também ou em destaque para além do escravo, marginal ou subalterno. As pessoas negras são múltiplas e isso deve ser considerado no processo de ensino

e aprendizagem, bem como o respeito às suas práticas religiosas no que diz respeito a religiões de matriz africana, a diversidade de tonalidades de pele, textura de cabelo, falas, vivências e opiniões.

CAPÍTULO II- A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA LITERATURA INFANTIL

O ensino de história africana e afro-brasileira é muito importante para o currículo obrigatório, auxiliando na concepção do negro dentro da sua multiplicidade, identidade e saberes. Essa valorização através das leis contribui para a valorização da diversidade e proporciona oportunidade de protagonismo para que os negros possam contar sua própria história. Além do que apresenta chances para construção de uma narrativa positiva e se contrapõe a estereótipos de subalternidade, violência e ridicularização presentes na sociedade brasileira e no cotidiano escolar.

O capítulo que se apresenta tem por objetivo refletir sobre o conceito ‘afrobetizar’ valorizando os saberes importantes que são deixados de lado por fazerem parte, na maioria das vezes, da educação não-formal e estarem fora dos espaços institucionalizados. Existem diferentes formas que podem contribuir com a formação do educando, possibilitando uma educação antirracista.

2.1 Afrobetizar como forma de educação antirracista

Afrobetizar é um termo que surge como título de um projeto nos anos 2000 para além do neologismo com a fusão das palavras “África” e “alfabetizar” para chamar atenção ou gerar comoção. Surge a partir das inquietações da psicóloga Vanessa Andrade como um projeto educacional que atende até 30 crianças na favela do Cantagalo Pavão-pavãozinho situada na zona sul do Rio de Janeiro para ajudar na construção de uma identidade negra que seja pautada em valores e características positivas atendendo principalmente nas crianças negras da comunidade

Afrobetizar, ao contrário de ser (só) uma neologia geradora de expectativas estereotipadas ligadas ao prefixo “afro”, tem por objetivo principal levar as pessoas ao reconhecimento e autoconhecimento de si a partir do que lhe é próprio, para se inserirem socialmente diante de uma condição de empoderamento de sua condição de cidadão (JUSTINO; ROBERTO, 2014, p.100).

As inquietações da psicóloga que deram origem ao projeto, envolve a forma como as crianças negras da comunidade a apelidavam e chamavam seu cabelo, sendo chamado de feio e comparado com bruxa, mesmo essas crianças sendo negras e possuindo as mesmas características físicas da Vanessa Andrade. O referido projeto visava mudar através de uma

pedagogia não convencional a forma de pensar dessas crianças e de ver o mundo para que elas pudessem sentir orgulho do que são, melhorando sua autoestima e construindo uma consciência racial (consciência de que negras, que não há nada de errado nisso sendo um marcador de diferença positivo) desde a primeira infância, valorizando a diversidade e suas diferenças, pois, ainda de acordo com Justino e Roberto (2014), o conceito de “afrobetização”, é baseado no respeito e as diferenças são nossos agentes de integração onde ser diferente é SER” (p. 102).

Nesse sentido, as crianças são empoderadas pelo autoconhecimento e estas valorizam as narrativas que são próprias daquele lugar, ao se reconhecem como sujeitos passíveis de transformação, e, portanto, sendo capazes de mudar suas trajetórias e criar novas possibilidades para si e para a comunidade local a qual estão inseridas. Conseguem ter referências boas de si próprias, e sobre o meio em que vivem. A beleza negra, assim como a dança e os corpos negros são tirados da margem e ganham valor, pois o sistema educacional tradicional em sua maioria não possibilita essa narrativa.

Afrobetizar é um termo que está sujeito a modificações ao longo da história, que está ligado às novas possibilidades de aprendizagem na qual a pessoa negra ganha atribuições positivas, constrói sua própria história ao mesmo tempo que consiga entender de forma afrocentrada seu passado ligado não só ao processo de escravização e marginalização. Qualquer processo de educação que valorize o protagonismo negro e respeite as pessoas negras como cidadãos de direito alia-se ao processo de reflexão filosófica que propôs Noguera (2012, p.70)

Porém, não é raro que a proposta de uma educação antirracista seja tomada como um tema, alguma coisa pontual, localizada e “estrangeira”. Ora, outro entrave está na escola que muitas vezes opera divorciando o corpo da mente e parece supor que a sala de aula é um território vedado ao corpo. A monorracionalidade exige um comportamento, uma lógica e protocolos que podem ser subsumidos a um esquema padrão de homogeneização. Denegrir a educação pode trazer justamente a assunção da heterogeneidade como elemento positivo. Por exemplo, um problema do exercício de universalização da escola é o desejo de fazer com que todas as pessoas aprendam as mesmas coisas, do mesmo modo, tenham os mesmos interesses, sejam submetidas aos mesmos exames. Mas, vale a ressalva estar a favor da pluriversalidade não é ser contra a educação para todas as pessoas. Mas, a questão é que tipo de educação? Talvez, seja preciso assumir que nem todos precisam aprender as mesmas coisas, no mesmo tempo e da mesma maneira. Neste sentido, denegrir é mais do que reconhecer as diferenças. Não basta assumir que existem pessoas diferentes e que o sujeito humano é inseparável das identidades, filiações, pertencimentos e exercícios nos quesitos de sexualidade, gênero, etnia, raça, geração, nacionalidade, etc.

De forma análoga ao pensamento de Noguera, “denegrir” a educação também é uma forma de Afrobetizar, construir uma pedagogia que não seja somente pautada em valores monocromáticos, uma inclusão que busca construção de novas alternativas de educação que vão além da simples tolerância. Construindo uma possibilidade de educação antirracista. Os

personagens das histórias infantis, assim como os do livro didático, em sua maioria são brancos. Há que se tomar cuidado com a história única pois esta não dá a oportunidade de outras vozes sobre um acontecimento histórico ou propagar inverdades sobre um povo como afirmou Adichie (2009, p.3) “É assim, pois, que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão”. A forma como a história é contada é sobre poder e as relações de poder são constituídas pois a “história única” é contada e perpetuada por quem detém o poder e também o conhecimento institucionalizado “Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazer a história definitiva daquela pessoa”, segundo Adichie (2009, p.3).

'Afrobetizar' pode estar ligado à educação não formal, como, por exemplo, neste projeto desenvolvido pela psicóloga na favela, mas pode ser adotado nas múltiplas formas de educação como na Educação de Jovens e Adultos (EJA), educação infantil e ensino médio. É um processo que pode ser entendido e aplicado nos mais variados níveis de educação dependendo apenas da adaptação da linguagem de acordo com a faixa etária a qual será aplicado. Nunca é cedo ou tarde demais para fazer conhecer mais sobre si e seus antepassados como no caso de pessoas negras e respeitar as diferenças no caso de pessoas não negras. Isso implica em colocar em prática de forma mais concreta possível a Lei nº 10.639 de 2003, lei que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no seu Artigo 26 traz em sua redação que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”.

Esse processo pressupõe a valorização de um conceito não formalizado, mas que reconhece outras formas de existência, além de perspectiva eurocentrada, pode-se pensar a partir de outras matrizes civilizatórias. Possibilita ao educando negro um processo de reconhecimento no processo de aprendizagem. “A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade em um nível distinto do nível de adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas” afirmou Freire (2004, p. 72). É uma pedagogia que vai dar condições para o sujeito pensar a sua realidade com criticidade, capacidade de transformação da sua realidade para além de uma mera reprodução de conteúdo.

O professor nesse processo atua além de uma ponte ou mero transmissor de conteúdos programados, pois este também aprende enquanto ensina, o processo de relação da construção do saber não é via de mão única e sim troca

Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da

produção de sete saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Ao contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente em saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos (FREIRE, 2004, p. 34).

A educação antirracista é uma prática que o professor pode levar para a escola não só no dia da consciência negra (dia 20 de novembro) data na qual geralmente se convida um palestrante negro para debater o tema ou evitar possível *bullying* que alunos negros possam sofrer. Não fazer dessa data o único dia para se falar de Zumbi dos Palmares e Dandara como se fossem únicos personagens negros que compõem a história dos negros no Brasil, há que se incluir o debate e personagens na rotina escolar, nas práticas diárias

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, para mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas anti-racistas (ALMEIDA, 2019, p. 52).

Não é a partir da ideia que se pode transformar a estrutura social como todo, pois o racismo estrutural é uma condição dada ao longo do tempo construída historicamente e sobretudo muito bem elaborado e executado a ponto de se perpetuar até a atualidade. Se trata da construção de novos caminhos de educação que permita que subjetividade do sujeito negro se sinta incluso, construir através do ensino-aprendizagem novas narrativas valorizando a diversidade e o multiculturalismo que compõem a nossa sociedade.

Faz-se necessária uma pedagogia que conseguisse dialogar com a diversidade, como mulheres negras, e outras minorias, que não seja antirracista, anticapitalista e fora do padrão elitista branco uma pedagogia interseccional, segundo (HOOKS, 2013). Uma educação que os marcadores de diferença fossem usados sem reproduzir os rótulos e estereótipos propagados ao longo da história, que valoriza saberes ancestrais e que respeite as diversas formas que pode se dar o processo de aprendizagem que não seja somente pelos métodos tradicionais.

2.2 Importância da literatura infantil na formação de leitores na primeira infância

A criatividade, imaginação e até senso crítico ainda na infância é possível ser criado através da leitura para as crianças e da presença do livro no cotidiano infantil seja em casa, na escola ou onde a criança costuma frequentar. Esse item dialoga com o item anterior e o item 1.2 do capítulo 1 para evidenciar a importância da leitura na formação de leitores como forma

de educação antirracista, tendo na sua maior parte embasamento teórico no livro *Entre textos e afetos: formando leitores dentro e fora da escola* da educadora Sônia Rosa que atuou na Secretaria Municipal de Educação (SME) da cidade do Rio de Janeiro desenvolvendo projeto em salas de leitura em mais de mil escolas por dezesseis anos, ela também é escritora de literatura infantil afro-brasileira. Este livro faz parte dos escritos da sua trajetória na educação, como educadora e como coordenadora das salas de leituras, suas palestras e experiência como escritora em relação às dúvidas, questionamento e trocas de experiência com o público.

A leitura e a “contação de histórias” são importantes formas de tornarem o livro protagonista e dar a ele um espaço seja na escola ou em casa, pois não há idade mínima ou máxima para se tornar leitor, mas quando isso acontece na primeira infância é especial a forma como se dá esta interação e pode durar a vida inteira (ROSA, 2017). O livro, sobretudo na infância, provoca um encantamento nos leitores, isso é uma forma de potencializar nas crianças a criatividade e imaginação. Dá oportunidade de conhecer novos lugares, mundos diferentes, costumes diferentes dos seus, propiciando respeito e até mesmo admiração pela diversidade de forma positiva. Esse encantamento pela palavra escrita nas suas diferentes modalidades o resultado é mais especial na infância pois segundo Rosa (2017, p.22) “É um topar viver novas experiências com infinitas possibilidades...E se esse despertar acontecer ainda criança, torna-se uma verdadeira preciosidade e age como um forte alicerce para todas as outras aprendizagens de sua vida. É realmente maravilho”!

O primeiro contato com a leitura vai ser feito por outra pessoa, seja adulto ou criança já alfabetizado que domine a técnica de leitura, esse contato deve ser valorizado pois é muito importante ler para as crianças, esse primeiro contato pode ser o fator que vai influenciar na formação de um possível leitor no futuro. Pode ser o pontapé inicial para estimular o gosto pela leitura, está diretamente ligado à criatividade:

É importante ler para os pequenos para que entendam mais sobre a escola, sobre a vida sobre nós (o coletivo) e sobre ele mesmos (o individual). Para que fiquem bem pertinho da gente e sintam leitura como um abraço quentinho. Para que se tornem pessoas críticas e desde pequeninhos possam dizer as palavras SIM ou NÃO e saber explicar o porquê de sua escolha (ROSA, 2017, p. 25).

A leitura na primeira infância está ligada à formação identitária da criança e como ela irá se expressar, se posicionar diante das situações e até mesmo se descrever. De acordo com Rosa (2017, p. 25), “é uma forma de fortalecer a amizade com a palavra escrita, o que facilitará a sua comunicação com as pessoas ao longo da sua vida. Lemos para que não tenham medo de se colocar no mundo, construindo a sua própria maneira de dizer e de anunciar”.

As rimas estão diretamente ligadas a sonoridade das palavras. Uma forma de atrair e divertir as crianças que ouvem história, seja ela lida ou através da contação de história. Antes mesmo de ler ou entender de gramática a criança ouve e se encanta com os sons das palavras. Ler na infância é cheio de significados e está diretamente ligado às emoções que a leitura provoca no leitor (ouvinte), isso pode influenciar diretamente na formação de leitores na infância e tem ligação direta com a sonoridade das palavras e o brincar com elas (ROSA, 2017).

Quando um adulto lê um livro para uma criança ou faz contação de história de algum livro, esse processo está diretamente ligado a forma como essa criança vai acessar a leitura e ver o mundo através do conhecimento disponibilizado. Tendo por base o pensamento de Rosa (2017), o respeito pelas diferenças e diversidade podem ser aprendidos desde bebê. Este conhecimento faz parte da primeira visão de mundo que é constituída ainda no seio da família na qual a criança começa a se reconhecer e também reconhece o outro e o meio a qual está inserido, esses saberes também devem ser considerados pela escola para potencializar o aprendizado, conceituando também letramento

Letramentos podem ser mesmo compreendidos em seu plural ao incorporar, também na escola, os modos e práticas de usar a linguagem nas rodas de capoeira, na cultura hip-hop, no universo do samba, nas comunidades quilombolas, nas tantas periferias do Brasil onde a vida pulsa (SOUZA, 2014, p.40).

A leitura seja silenciosa, individual ou coletiva ajuda a conhecer coisas que podem não fazer parte do cotidiano da criança que está ouvindo ou lendo a história, traz informações que podem ser transformadas em conhecimento. Através do seu conteúdo pode-se conhecer outras realidades além das vividas pelo ouvinte ou interlocutor estimulando a imaginação e transformando conceitos e destruindo preconceitos. As crianças desde as mais pequenas e até as maiores já alfabetizadas não devem ter sua capacidade de compreensão subjugada ou subestimada, elas são capazes de compreender desde temas e histórias mais simples até aos mais complexos, conseguem entender as coisas como os adultos às vezes nem imaginam (ROSA, 2017).

Os leitores na primeira fase da vida têm suas exigências e especificidades enquanto leitores em relação a forma textual e o formato dos livros fazendo com que os autores pensem no público antes de fazerem o livro para que haja interesse das crianças em lê-lo, o livro e seu “encantamento” é importante para a formação de leitores na infância. Como a primeira fase de desenvolvimento é imagética, a estática do livro deve também ser considerada pela autora.

Entendo que um bom livro de literatura é aquele que tem uma história bem contada, isto é, bem escrita e com sonoridade interessante. As ilustrações devem, criativamente, estar em harmonia com o texto. Em um livro infantil, especialmente, as imagens e o texto devem proporcionar um conjunto harmonioso e sedutor que desperte o desejo de ser lido em toda a sua dimensão –texto e imagem (ROSA, 2017, p.48).

A forma de brincar não é inata, ela depende da sociedade a qual a criança está inserida, é importante no desenvolvimento das emoções, esta também pode se dar através das palavras na infância e até brincadeiras sugeridas em livros

O longo caminho de tornar-se leitor, íntimo das palavras e familiarizado como os textos literários que moram nos livros, começa na infância. É através das brincadeiras com a sonoridade que, quando as palavras são anunciadas em voz alta ou cantadas em ritmos novos, ganham muitas possibilidades de sentidos (ROSA, 2017, p.29).

Por isso é importante a criança brincar com as palavras, para se fazer essa conexão com a brincadeira e explorar os vários significados, a oralidade também é muito importante nesse momento. O livro infantil pode ajudar na capacidade cognitiva da criança contribuindo para o desenvolvimento da fala (LORENZETTI; DELIZOICOV, 2001).

Levar as crianças a bibliotecas, feiras de livros e eventos culturais é um hábito que pode ajudar a despertar o gosto pela leitura nas crianças desde bem pequenos, está diretamente ligado a construção do sujeito, suas relações afetivas e com o ser e estar no mundo. Segundo Rosa (2017, p. 57), “contar histórias, esta ação tão simples e singela, fez e faz uma grande diferença para a humanidade, assim, tal qual um abraço, nunca perderá sua importância e sua pertinência nas relações humanas.” Isso ajuda na familiaridade com o livro durante a vida. Ajuda a mudar conceitos e opiniões antes enraizados que podem ser questionados na atualidade. Isso, aos poucos, transforma a educação e a sociedade.

CAPÍTULO III - AUTORES NEGROS NA LITERATURA INFANTIL EXISTEM E RESISTEM

O racismo estrutural e institucional faz com que autores negros que produzem literatura infantil e infanto-juvenil não sejam tão famosos e populares quanto os autores brancos, mas eles existem e produzem conteúdos de qualidade. Eles são múltiplos e escrevem sobre variados temas, em sua maioria valorizam a cultura africana e afro-brasileira e merecem maior espaço, divulgação e credibilidade. Entre eles está Rodrigo França, Renato Nogueira, Sônia Rosa, Lázaro Ramos, Leandro Roque de Oliveira (Emicida), Kiusam de Oliveira, Edmilson de Almeida Pereira, Rafael Calça, entre tantos outros.

Entre esses autores este capítulo destacará a Kiusam de Oliveira, sua trajetória e contribuições tanto na educação quanto na literatura infantil. Foram selecionados dois livros de sua produção literária para o público infantil para análise neste capítulo: O mundo no black power de Tayó e O Black Power de Akin. Estas obras são uma possibilidade de “Afrobetização” na infância.

3.1 Quem é Kiusam de Oliveira?

Kiusam de Oliveira nasceu em Santo André (cidade do Estado de São Paulo) é uma profissional gigante, possui maestria e excelência em tudo que faz, atuando em várias áreas desde as artes à educação. É contadora de histórias, coreógrafa, bailarina e toca berimbau. Como educadora (pedagoga), trabalhou na educação infantil com crianças de quatro a seis anos por mais de vinte e cinco anos em sala de aula, foi ativista do Movimento Negro Unificado (MNU) por trinta anos. Segundo Martins (2020, Orelha do livro),

Kiusam de Oliveira é dessas pessoas que fazem do pouco, muito. Uma palavra na boca dessa narradora de histórias pode crescer na velocidade da luz, transbordando dos nossos corações. Em sua escrita, para além do conhecimento que ela compartilha – de anos e anos de experiência como professora e formadora de educadores -, podemos perceber um caminho de reconciliação para que possamos viver em um mundo mais justo. Kiusam não se recusa ao enfrentamento das questões duras que adoecem nossa sociedade. Porém como sábia educadora que é aponta uma direção um caminho que poderemos trilhar em busca da ideia de felicidade que todas pessoas desejam para si.

Doutora em Educação e Mestre em Psicologia/USP, atualmente é professora na Universidade Federal do Espírito Santo e também escritora com foco na infância, produzindo quatro livros até o momento. Seus livros são altamente premiados e recomendados por

instituições e programas renomados. Seu primeiro livro *Omo-Oba: Histórias de Princesas* (Mazza Edições, 2009), fortemente recomendado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) em 2010 e selecionado pelo O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) de 2011;

O mundo no black power de Tayó (Editora Peirópolis, 2013) seu segundo livro recebeu o prêmio Programa de Ação Cultural (PROAC) em 2012 na categoria Cultura Negra pelo Governo do Estado de São Paulo, selecionado para o Acervo Básico da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) 2014, categoria Criança e um dos 10 livros selecionados pelos Direitos Humanos; seu terceiro livro *O mar que banha a ilha de Goré* (Editora Peirópolis, 2014), recebeu o prêmio Escritores Negros da Biblioteca Nacional, Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e sendo recomendado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2014.

Sua mais recente obra publicada, *O black power de Akin* (Editora de Cultura, 2020), ainda não foi premiada, mas ocupa destaque e recomendações em sites voltados para literatura infantil. Além dos livros desenvolveu uma rádio chamada Povinho de Ketu para falar de africanidades brasileiras e ancestralidade para o público infanto-juvenil sendo premiado em 2010, vencendo o I Prêmio Roquette-Pinto, sendo o projeto patrocinado pela Petrobrás, Associação das Rádios Pública do Brasil (ARPUB) e Ministério da Cultura.

Como uma forma de modificar o contexto racista na educação, a educadora se vale de vários aparatos legais além de destacar a lei 10.639/03, a lei 11.645/08, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) no que diz respeito a integridade da criança como, a Constituição brasileira através da Lei Caó (lei nº 7.716/89 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor), pois a população negra é diretamente afetada pelo racismo e tem seu desempenho escolar comprometido por conta desse atravessamento institucional que reflete a sociedade.

A professora sempre tem todo este aparato legal em seu armário das escolas em que trabalhou para legitimar seu trabalho pedagógico antirracista e combater possíveis represálias que ocorrem por conta do seu trabalho não dar foco para a educação tradicional eurocentrada.

Sugere que os professores também se atentem para esse arcabouço legal, pois sabe que na prática docente há um entrave quando se trata de questões raciais para que o professor possa estar preparado para desenvolver um trabalho mesmo contrariando possíveis questionamentos de colegas, direção de escola e pais de alunos

Para as/os profissionais da educação que têm medo de desenvolver um trabalho pautado nos direitos humanos e ser processada/o pelas mães e pais dos estudantes ou perseguidas/os pela direção e coordenação pedagógica da escola, aqui está seu aparato

legal. Eu costumo ter cópias guardadas em uma pasta no armário ou escaninho das escolas em que leciono, pois para além das leis que reafirmam a necessidade do trabalho educativo partindo da contemplação e formação do povo brasileiro (de acordo com o IBGE a população negra é a maioria do país) e da existência de práticas racistas nos diversos setores sociais do país, inclusive na educação, em seus diversos segmentos e áreas de ensino, mais detalhadamente, de acordo com a Lei 10.639/03, nas disciplinas de História, Literatura e Educação Artística. Não posso aqui deixar de afirmar que tendo como referência África – Berço da Humanidade –, as contribuições africanas nas diversas ciências são possíveis de serem pensadas e pesquisadas, pois são diversas. (OLIVEIRA, 2020b, p.3-4).

Essa foi a forma de legitimar sua fala e abordagens antirracistas na educação, como mulher negra e educadora e se valer de maneira legal tanto das leis voltadas para educação quanto da própria constituição, outras declarações como o ECA (garante no corpo do seu texto a integridade física, psíquica e moral não só das crianças negras, mas de todas crianças sem distinção de cor ou credo) para que possa na prática diária construir uma abordagem diferente sobre educação

O respaldo para desenvolver um trabalho pautado na edificação das populações negra e indígena se dá através da própria Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, do Estatuto da Igualdade Racial, Leis 10.639/2003 e Lei 11.645/2008 e a Lei Caó. Costumo ter a cópia de todas elas em uma pasta, guardada comigo nos armários de onde trabalho, para qualquer eventualidade (OLIVEIRA,2020, p. 9).

Essa atitude tomada pela educadora evita o silenciamento que pode ocorrer quando esses temas que envolvem história e cultura africana e afro-brasileira são abordados na prática docente. Ter conhecimento das estatísticas e ter “sempre à mão” as leis como argumento é um instrumento de defesa para uma educação de respeito à diversidade e que visa derrubar práticas racistas. Esse é um modelo que pode ser usado como exemplo por professores que desejam fazer abordagens diferentes nas escolas em que trabalham.

A forma como a educação se constitui no decorrer da história do Brasil e se apresenta na atualidade, facilita com que crianças reproduzam o racismo que aprendem com suas famílias ou nos locais com que frequentam, é necessário tornar a diversidade em uma vivência nas escolas e tornar significativo as contribuições indígenas e de negros no processo escolar desde o princípio. A autora pensa infâncias no plural e crê que o processo da educação de forma múltipla para indígenas e negros não seja mais invisibilizados pelos conteúdos educacionais tradicionais, para ela o currículo escolar precisa se tornar plural para contemplar a diversidade (OLIVEIRA, 2020c).

Kiusam de Oliveira propõe uma forma diferente de se pensar a educação, uma educação que não tenha com eixo norteador a Europa e importação de seus valores, que seja uma educação *afroreferenciada*, na qual se valoriza princípios ancestrais africanos e incorpora valores e o trato com o corpo, sobretudo o corpo negro vai ser repensado e tratado de forma diferente

Afroreferenciadamente pensando, o processo de aprendizagem se dá de corpo inteiro e não somente com o cérebro e se materializa através de recursos populares como os provérbios, as músicas, cantigas, brincadeiras, rodas: a cabeça não se coloca acima de outras partes do corpo (OLIVEIRA, 2020b, p.6).

É considerar o corpo como um território sagrado, “corpo-templo” sendo passivo de ritos de passagens e brincadeiras, mas sempre tratado com respeito. A relação com o tempo (circular) e o espaço se dá de maneira diferente do considerado pela modernidade, enfatiza sobretudo princípios ancestrais africanos para ressignificar a educação e sua forma de ensino-aprendizagem (OLIVEIRA, 2020b).

Esse olhar que a autora dá para infância e os saberes ancestrais é considerado uma nova possibilidade de fazer pedagógico que a educadora chama de *pedagogia da ancestralidade*, na qual os conhecimentos ancestrais são agregados a qualquer forma de aprendizado, essa pedagogia foi renomeada no momento de pandemia causada pelo coronavírus vivida no ano de 2020 e 2021 para *Pedagogia Eco-Ancestral*

A Pedagogia da Ancestralidade (ou Pedagogia Eco-Ancestral) se fundamenta nos seguintes princípios: 1) É uma pedagogia feminina; 2) Na consciência de que existe a colonialidade “no” e “do” poder; 3) Na necessidade da emancipação epistêmica; 4) Na luta por uma educação antirracista; 5) No entendimento da importância da formação para a educação das relações étnico-raciais não só para os educadores, mas como política pública da nação. A Pedagogia da Ancestralidade (ou Eco-Ancestral) enxerga nas infâncias, período primordial para reorientar possíveis rotas que estejam as levando para caminhos possíveis de reprodução do que ouvem ou veem, posturas que reproduzem aprendizagens discriminatórias e racistas presentes nas brincadeiras infantis, altamente racializadas pelas crianças (OLIVEIRA, 2020c, p.6).

A Pedagogia da ancestralidade além de propor novos caminhos de aprendizagem desde a mais tenra infância, aponta um caminho para uma educação antirracista na prática, além de um ato político procura não obedecer a educação que atende aos valores e interesses do poder hegemônico, educação essa que não contempla as crianças negras.

Como escritora de livros infantis e juvenis Kiusam vai construir suas narrativas no que define sua literatura como *Literatura Negro-Brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil*

sendo esta forma de literatura um desdobramento da Pedagogia da Ancestralidade, é uma forma de acolher crianças negras, entendendo sua multiplicidade, sendo também uma forma de combater o racismo no Brasil. Oliveira (2020c, p. 12) apud Cuti² (2010, p. 41) afirmou que

A literatura Negrobrasileira nasce na e da população negra que se formou fora da África, e de sua experiência no Brasil. (...) O objetivo da ideologia racista é minimizar a sua própria ação corrosiva, o que a literatura produzida negro-brasileira não faz. (...), entretanto para se chegar ao âmago de tal identidade é preciso não desprezar os obstáculos à expressão negro, dentre os quais a censura, e sua consequência mais cruel, a autocensura.

Ela se apropria de um conceito criado por Cuti⁴ para conceituar sua trajetória dentro da literatura, sendo um importante diferencial como as suas narrativas criadas e conseqüentemente a forma como além de ressignificar o negro e suas narrativas de forma positiva, reconstruindo uma nova identidade a partir da ancestralidade africana, pois considera a “África o berço da humanidade”, segundo Oliveira (2020c, p.13)

[...] a literatura que tenho produzido é uma Literatura Negro-Brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil, pois tenho sido capaz de ver, ao longo desses onze anos publicando livros, o poder das palavras que encantam, possibilitando, assim, que as crianças, jovens e adultos reencantem seus próprios corpos, cotidianamente machucados, violentados pela opressão de cunho racista.

Trata-se de um processo inacabado, mas que já transforma os leitores que entram em contato com sua obra através do encantamento proposto por essa literatura. Encantando o leitor através das palavras e dos seus significados profundos, também entendendo que a infância também é múltipla e rica em significados.

3.2 O *black power* de Tayó e de Akin

A literatura negro-brasileira do encantamento infantil e juvenil que faz a Kiusam de Oliveira fica evidente em seus livros *O mundo no black power de Tayó* (2013) e *O black power de Akin* (2020a) em ambos com a temática que envolve o cabelo crespo com o penteado *black power*, como sugerem o próprio título, se desenvolvem com algumas semelhanças e diferenças em suas trajetórias e histórias

⁴ Cuti é pseudônimo de Luiz Silva, poeta, ficcionista, dramaturgo e ensaísta. Mestre e doutor em letras pela UNICAMP. É autor do livro *Literatura negro-brasileira*, obra que Kiusam de Oliveira se baseia para definir a sua forma de produzir literatura.

Black power (em português: poder negro) é um movimento surgido entre pessoas negras no fim da década de 1960, especialmente nos Estados Unidos, e que propõe orgulho racial e autonomia para os negros. O cabelo como símbolo da negritude, ganhou força no padrão de penteado crespo, alto e arredondado, passando a se chamar black power, mesmo nome do movimento. Tanto homens como mulheres usam esse penteado, e o que era questão política hoje se tornou moda e sinônimo de atitude, sem perder sua característica básica de protesto e afirmação (OLIVEIRA, 2013, p.42).

Tayó é uma menina de seis anos que sempre está inovando nos detalhes de seu penteado black power, com borboletas, florzinhas, tranças, todo dia pede para sua mãe elaborar algo para deixar seu penteado diferente. Tayó é uma personagem alegre assim como a tradução do seu nome que vem do yorubá (língua africana) que significa “da alegria”. É uma criança que se diverte, brinca e olha coisas boas por onde passa. A sua beleza é exaltada na história a todo instante, como a cor da sua pele escura, a beleza do seu dos seus cabelos num enorme *black power*, seu nariz que é comparado com uma pepita de ouro.

A narrativa é feita em terceira pessoa, abrindo diálogo em poucos momentos para Tayó. A personagem ganha voz através do diálogo nos momentos em que vai pedir à sua mãe como se quer enfeitar seu black power. Em outro momento a voz é dada a Tayó para se defender de ataques racistas na escola feito por colegas de classe que dizem que seu cabelo é ruim: “Meu cabelo é muito bom porque é pouco, lindo e cheiroso. Vocês estão com dor de cotovelo, porque não podem carregar o mundo nos cabelos como eu posso” (Oliveira, 2013, p.27). Akin também sofre racismo no espaço escolar, mas sua reação é totalmente diferente da que Tayó, sofre, chora, foge da escola, até obter consolo do seu avô e antepassado em sonho. Isso não é singular aos personagens, é uma situação de uma escrita que gera empatia pois existe também na vida real. Quando isso ocorre na realidade pode ter vários desdobramentos que podem durar até a vida adulta. Segundo Gomes (2003, p.176),

As experiências de preconceito racial vividas na escola, que envolvem o corpo, o cabelo e a estética, ficam guardadas na memória do sujeito. Mesmo depois de adultos, quando adquirem maturidade e consciência racial que lhes permitem superar a introjeção do preconceito, as marcas do racismo continuam povoando a sua memória. A ausência da discussão sobre essas questões, tanto na formação dos professores quanto nas práticas desenvolvidas pelos docentes na escola básica, continua reforçando esses sentimentos e as representações negativas sobre o negro. Nem sempre os professores e as professoras percebem que, por detrás da timidez e da recusa de participação de trabalhos em grupos, encontra-se um complexo de inferioridade construído, também, na relação do negro com a sua estética durante a sua trajetória social e escolar.

A reprodução do racismo feito por colegas de Tayó é tida como uma falta de gentileza e é usada para explicar que a força e o cabelo de Tayó vem de seus antepassados

Quando retorna para casa pensativa com toda a falta de gentileza dos seus colegas, Tayó projeta em seu penteado, mesmo sem dar conta disso, todas as memórias do sequestro dos africanos e das africanas, sua vinda à força para o Brasil nos navios negreiros, os grilhões e correntes que aprisionavam seus corpos. Tudo isso está bem guardadinho lá no fundo da sua alma (OLIVEIRA, 2013, p.28).

O processo de escravização de africanos aparece no livro em forma de lembranças tristes a serem ressignificadas e é tratado como sequestro como realmente foi, sem usar a palavra que geralmente aparece nos livros didáticos: escravos. O livro ressalta pontos positivos dos antepassados que conseguiram sobreviver nessa cruel etapa com jogos, religião, cantos e saberes.

Esta sobrevivência é destacada como “alma potente dos seus antepassados”, ressignificando sua cultura de forma positiva e ressaltando valores africanos. Tayó por fim é afirmada como uma princesa protegida por orixás, descendente da realeza africana, sua mãe é uma rainha. Ela assim como outras meninas iguais a ela carrega, mesmo que não vejam, coroas sobre suas cabeças o tempo todo (OLIVEIRA, 2013). O mesmo ocorre com Akin que é fortalecido por um ancestral que aparece para ele em sonho.

As ilustrações de Taísa Borges são incríveis coloridas que realmente fazem o leitor mergulhar na alegria de Tayó e no mundo que seu *black power* guarda, são pinturas que lembram desenhos étnicos, com incidência de preto, amarelo e vermelho, o colorido de tecidos africanos casa muito bem com o texto, durante todo o texto destacam-se palavras em outras formas e cor (rosa escuro) para palavras como Tayó, olhos negros, *black power*, pepita de ouro, borboletinhas, flor colorida, rainha, princesa, búzios, coroas reais, entre outros, isso age de forma encantadora pela forma como se dá a escrita e cores aplicadas.

As ilustrações de livro que conta a história de Akin são de Rodrigo Andrade com um colorido diferente, desenhos modernos que parecem ser digitalizados, algumas ilustrações são bem próximas da realidade e o colorido é diferente com predominância de verde, amarelo e azul.

Kiusam também traz ao final dos dois livros pequenos glossários com significado das palavras diferentes usados no decorrer do texto, palavras que explicam a intencionalidade do uso de palavras de origem africana. No caso do livro *O black power de Akin* traz também pequenas bibliografias das personalidades negras que ela destaca em seu texto, como Machado de Assis, Emicida, Abdias do Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Tia Ciata e Carol Conka. Consta até mesmo a explicação de alguns termos pejorativos usados para diminuir o

personagem Akin, comumente usado para depreciar garotos negros, anulando sua identidade individual.

No livro *O black power* de Akin a narrativa é mais complexa, não tem rimas nem palavras em destaque, os diálogos são maiores e aparecem várias vezes. É um livro a ser trabalhado com a faixa etária a partir de cinco anos, pois a capacidade de concentração é maior. Akin (significa em iorubá da Nigéria, valente, guerreiro), é o mais velho de três irmãos tendo doze anos de idade, mora em uma cidadezinha chamada Noar, com seus irmãos e avô chamado Dito Pereira.

Akin usa boné para ir à escola, para esconder *black power* demonstrando receio de como lidar com seu cabelo. Vale ressaltar que o nome da escola que Akin estuda é Escola Estadual Zacimba Gaba que é o nome de uma princesa angolana da nação de Cabinda que foi trazida escravizada ao Brasil para onde hoje é o estado do Espírito Santo, símbolo de resistência, criou um quilombo e resgata escravizados nas proximidades (OLIVEIRA, 2020a). Além disso, há sempre referências de pessoas negras (brasileiras e africanas) que foram significativas de alguma forma, estão sempre presentes nas obras da autora.

No decorrer da história o personagem sofre com ofensas racistas de seus colegas na escola que o arranca o seu boné e o chamam de nomes para ofendê-lo e diminuindo como “Pelé” e “Buiu”. Akin sonha com um antepassado com roupas de caçador e arco e flecha na mão numa floresta onde esse personagem o encoraja a ser forte e resistir as ofensas, este caçador parece o Orixá Oxossi. “Quem descende de Reis e rainhas, como você, não pode admitir ser tratado de forma desrespeitosa sem se defender. Você precisa se orgulhar de suas heranças ancestrais, que traz como marcas em seu próprio corpo aprenda a se defender. Acorda menino!” (OLIVEIRA, 2020a, p.19).

Depois numa conversa com o avô descobre que é um importante antepassado deles. O racismo sofrido por Akin o deixa desorientado a ponto de questionar sua negritude: “Ô, meu avô... Eu só queria ser diferente do que sou; queria ser branco. Eu olho a televisão, olho as revistas e não vejo ninguém parecido com a gente, vô, com a nossa cor, com o nosso cabelo. Ninguém me acha bonito!” (OLIVEIRA, 2020a, p.22). Na escola, crianças negras arcam com as consequências do racismo, assim como Akin acabam por sentirem-se deslocadas no ambiente escolar ainda segundo Ribeiro (2019, p. 24)

O mundo apresentado na escola era dos brancos, no qual as culturas europeias eram vistas como superiores, o ideal a ser seguido. Eu reparava que minhas colegas brancas não precisavam pensar o lugar social da branquitude, pois eram vistas como normais: errada era eu.

Akin é consolado por seu avô que o acolhe, explica como seu cabelo é bonito fazendo um hidratante natural com banho e ervas colhidas no quintal e o presenteia com pente feito de marfim que estava na família por séculos, um pente garfo para pentear seu black power o avô cuida do cabelo do neto e o incentiva a colocar seu cabelo bem alto. Mostra seus antepassados que eram bonitos como ele, Akin então se sente um príncipe, aqui então para de usar boné para esconder seu cabelo.

Seu Dito Pereira vai à escola e conversa com a professora e ensina aos colegas de turma de Akin que seu cabelo black power é motivo de orgulho não de vergonha ou brincadeiras maldosas. As falas do avô remetem ao orgulho da ancestralidade e sua origem com a ajuda dos seus irmãos mais novos Kayin e Femi “Então, isso foi o que vim contar para vocês: a riqueza da história do meu povo negro e africano eu orgulho temos dos nossos fios crespos mostra para eles Femi” (OLIVEIRA, 2020a, p.30).

A história termina com os amigos de Akin pedindo desculpas por suas atitudes entendendo suas diferenças e o respeitando, também há citação de cantores escritores intelectuais negros como referência de potencialidade como Machado de Assis, Abdias Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Tia Ciata. A importância da pedagogia da ancestralidade que destaque e valorize saberes ancestrais se mostra presente em ambas trajetórias dos personagens. De acordo com Rocha e Costa (2015, p.9)

No paradigma intercultural, o Outro é constituinte do si mesmo e como o Outro passível de nos habitar é a matéria prima deste tipo de trabalho. A Ancestralidade seria um conceito central nesta operação de reconhecimento do Outro que nos habita. A ancestralidade torna-se importante voz no cenário da Educação como ferramenta de criação de uma identidade positiva de negros e negras no Brasil.

As obras de Kiusam de Oliveira são obras importantes, pois retratar personagens negros de formas positivas é algo recente na literatura brasileira, segundo Arena; Lopes (2013).

A criação da literatura infantil no Brasil foi marcada, por essas razões, pelo domínio de protagonistas da burguesia branca em ascensão. Jovino (2006) afirma que os personagens negros começaram a aparecer nas histórias no final da década de 30 do século XX, com representações não positivas: subalternos, analfabetos, e com a cultura negra desrespeitada. A desvalorização do negro tinha como referência a desvalorização social sofrida ao longo do período de colonização e escravização (p. 1151).

Para se construir formas positivas de ver o negro dentre da literatura e em personagens positivos como Tayó e Akin que possibilitem para crianças negras se sentirem representadas e

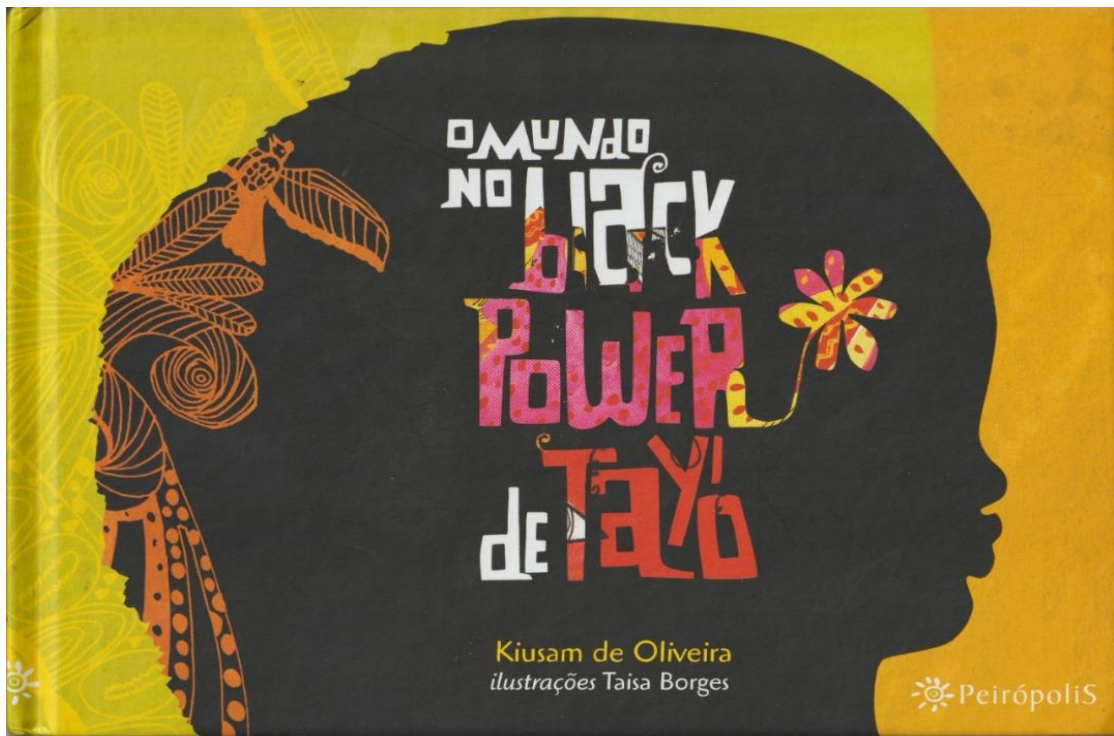
crianças brancas aprendam a respeitar as diferenças e a não reproduzir o racismo. Os seus *blacks power's* são lindos e merecem respeito e reconhecimento. É um abraço em todos os Akin's e Tayó's que estão espalhados pelo Brasil.

Figura 01 – Capa do livro *O black power* de Akin



Fonte: Adaptado de OLIVEIRA (2020). Editora Cultura. Ilustração de Rodrigo Andrade

Figura 02 – Capa do livro O mundo no *black power* de Tayó



Fonte: Adaptado de Oliveira (2013). Editora Peirópolis. Ilustrações de Taisa Borges.

Figura 03 – Ilustração da personagem de Tayó



Fonte: Adaptado de Oliveira (2013, p. 16).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do negro no Brasil apresenta marcas históricas que influenciam diretamente na sua posição social e identidade até nos dias atuais. Compreendendo que raça é um conceito que possui mobilidade de acordo com o tempo e o espaço territorial no qual se constitui, o racismo baseando-se em ideologias que envolve superioridade de uma raça (conceito não biológico) em detrimento ao outro, raça é uma construção social.

A concepção social de raça contribuiu para o processo de escravização do povo negro, construindo uma identidade para essas pessoas pautada em características negativas ligadas ao processo de escravidão, suas humilhações e crueldade, também subalternidade, suposta sujeira, malandragem, inferioridade intelectual, aparência não aceitável.

Um aparato legal, social e histórico se constituiu ao longo da história no Brasil para criar impedimento para que o negro pudesse acessar o espaço escolar, fazendo com que esse sujeito fosse excluído do processo de educação, pois sempre aparece apresentado de forma negativa ou pejorativa. A escola tradicional não consegue incorporar o negro no espaço escolar o negro através da representação e conduta das pessoas que perpassam pelo espaço escolar, sejam educadores ou educandos.

Na literatura infantil isso reflete também para reforçar a imagem de escravo e submisso. Segundo Lima (2005, p.103), “[...] as abordagens naturalizam o sofrimento e reforçam a associação com a dor. As histórias tristes são mantenedoras da marca da condição de inferiorizados pela qual a humanidade negra passou”. Ainda atualmente há personagens que reforçam esses estereótipos de escravo ou subalterno, como por exemplo, na literatura tida como clássica na qual Monteiro Lobato é tido como modelo, mesmo a Tia Nastácia e o Tio Barnabé contribuindo para a perpetuação da imagem negativa do negro e negra.

A prática da lei 10. 639/03 que amplia a LDBEN para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira deve estar presente nas escolas não só no dia/mês da consciência negra comemorada no dia 20 de novembro de todo ano. As narrativas e discursos devem pertencer a prática diária escolar.

Afrobetizar aparece como um novo conceito, uma proposta, uma possibilidade para a construção de um caminho possível para acolher pessoas negras no processo de ensino-aprendizagem, onde ela possa se enxergar de forma como é, sua beleza, ampliar suas potencialidades, e também constituir-se como cidadão. Não se limita apenas a escola, pode acontecer em diversos espaços como roda de capoeira, roda de samba, terreiros de religião de matriz africana, grupos de dança como de coco e jongo (danças de umbigada), instrumentos

musicais afro-brasileiros e africanos, entre outros pontos. Uma via para se construir novas narrativas e ressignificar “ser negro”.

Kiusam de Oliveira é uma autora e educadora relevante para se Afrobetizar e construir uma educação antirracista. Uma mulher negra que tem uma vasta experiência na educação infantil e na formação de educadores. Contribui com propostas de afrobetizar através da Pedagogia da Ancestralidade (ou Eco-Ancestral) que considera a ancestralidade como elemento indispensável para qualquer forma de aprendizagem, uma maneira de pensar a educação de forma afro referenciada.

Sua forma de fazer literatura classificada por ela como Literatura Negro-brasileira do Encantamento Infantil E Juvenil é uma forma de combater o racismo e valorizar a criança negra. Os livros O mundo no black power de Tayó e O black power de Akin são exemplos de como é possível retratar pessoas negras de forma positiva, dando a elas protagonismo. Assim como muitas crianças negras eles também sofrem racismo no espaço escolar e aprendem a se sobressair da situação através de forças na ancestralidade e em personalidades negras, que assim como eles também são negros.

Segundo Oliveira (2020c, p.13), “as crianças, a partir desse livro, percebo, que são capazes de 'taylorizarem' a vida, isto é, como Tayó, ser simplesmente criança, vivendo a sua infância fortalecida pelo autoamor [...]”. Esse relato é sobre como a autora vê sua personagem contribuindo para crianças negras ressignificarem suas existências. Akin, também é um importante protagonista assumindo seu black power e enfrentando o preconceito, arranjando força na sabedoria ancestral fornecida por seu avô, serve de exemplo, de como as crianças negras podem arranjar forças para combater o racismo casos sofram e as crianças brancas a terem empatia, respeito e entenderem que é errado repetir tal conduta. Tayó e Akin são um abraço de esperança e amor em crianças negras, é o espelho de novas narrativas.

Afrobetizar é um processo aliado da prática de uma educação antirracista que possa incluir e valorizar crianças negras através de vivências que conscientizar e ensinar crianças brancas a conviver com a diversidade necessário. Segundo Ribeiro (2019, p.24) “[...] crianças negras não podem ignorar as violências cotidianas, enquanto as brancas, ao enxergarem o mundo a partir de seus lugares sociais – que é lugar de privilégio – acreditam que esse é o único possível”. A educação, assim como a escola pode e deve ser um par no espaço transformador para combater as práticas racistas que também estão presentes na infância e conseqüentemente na escola. Não é uma concepção utópica, romântica para se derrubar o racismo rapidamente, o racismo é um processo muito bem estruturado, por isso perdurou após a abolição até hoje. Trata-

se de encarar a realidade e tentar seguir por novas vias para criar alternativas para desestabilizar as narrativas opressoras de dominação e construir novas pontes.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi . O perigo de uma única história. Tradução de Eri a Barbosa. 2009. Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/governadorvaladares/noticias/adelia-a-poesia-e-a-vida-convite-para-o-3o-encontro-do-dialogos/o-perigo-de-uma-historia-unica-chimamanda-ngozi-adichie-pdf.pdf> . Acesso em: 25 maio 2021.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ARENA, Dagoberto Buim; LOPES, Naiane Rufino. PNBE 2010: personagens negros como protagonistas. Educação & Realidade, v. 38, n. 4, p. 1147-1173, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Z93k8kw9xxHJDwsxzb6v8BD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em : 25 maio 2021.

BARRETO, Jurandir Antonio Sá. A questão da discriminação racial nos manuais de História do Direito. Revista de História (UFBA), v. 8, Salvador, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/34709/23758> . Acesso em: 25 maio 2021.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Lei que altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm . Acesso em: 24 maio. 2021

_____.Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008. Lei que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em : 24 maio 2021.

_____.Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm . Acesso em: 24 maio. 2021.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27.833-27.841, 23 dez. 1996.

_____. Lei Federal nº 8.069, de 13 julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>. Acesso em: 24 maio. 2021.

FÉLIX, Isabella de Sá. A escola me ensinou a escolher caminhos dentro do quadradinho que ela mesmo me prendeu: autoconceito, aspiração e expectativa de jovens negros em uma escola periférica do Distrito Federal. 2018. Monografia (Bacharel em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/24016/1/2018_IsabellaDeSaFelix_tcc.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.

FERNANDES, Viviane Barboza; DE SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 63, p. 103-120, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/114868/112595>. Acesso em: 25 maio 2021.

FESTIVAL LATINIDADES, 2019. [Site institucional]. Disponível em: https://www.catarse.me/latinidades_afrolatinas. Acesso em: 25 maio 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Editora Paz e Terra, São Paulo. 2004.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. Revista de História, n. 120, p. 153-162, São Paulo, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599/20662>. Acesso em: 25 maio 2021.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, v. 9, p. 38-47, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912/14702>. Acesso em: 02 jun. 2021.

_____. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 167-182, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 25 maio 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Editora Ática, 1978.

HOOKS, Bell; A teoria como prática libertadora. *In: Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Cap.5, p.83-104.

JUSTINO, Gessica; ROBERTO, Frank Wilson. Afrobetizar uma possibilidade de ação educativa a partir da afirmação e fortalecimento da negritude em comunidades. *Revista UFG*, v. 15, n. 15, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48526/23831> . Acesso em: 12 mar. 2021.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens negro: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. MUNAGA, K. (Org.) *Superando o Racismo na escola*. 2ª edição revisada, Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

LORENZETTI, Leonir; DELIZOICOV, Demétrio. Alfabetização científica no contexto das séries iniciais. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)*, v. 3, p. 45-61, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/N36pNx6vryxdGmDLf76mNDH/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 05 jun. 2021.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência e educação*, v.9, n.2, p. 191-211, Bauru, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHYkhL5pM5tXzdj/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em : 5 jun. 2021.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo social*, v. 19, n. 1, p. 287-308, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 5 jun. 2021.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação, v. 18, p. 62-73, Brasília, 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231208865.pdf> . Acesso em: 20 maio 2021.

OLIVEIRA, Kiusam de. O black power de Akin. São Paulo: Cultura, 2020a.

_____. Literatura negro-brasileira do encantamento e as infâncias: reencantando corpos negros. Feira Literária Brasil-África de Vitória-ES, v. 1, n. 3, 2020b. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/flibav/article/view/29029> . Acesso em: 24 maio 2021.

_____. Literatura Negro-brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil. Abatirá-Revista de Ciências Humanas e Linguagens. Universidade do Estado da Bahia- UNEB-Campus XVIII, v. 1, n. 1, p. 03-14, 2020c. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/8845> . Acesso em: 24 maio 2021.

_____. O Mundo no Black Power de Tayó. São Paulo: Peirópolis, 2013.

PEREIRA, Fernanda Estanislau Alves. Combate à discriminação racial e a legislação brasileira: o movimento de uma racionalidade jurídica. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito, constituição e ordens jurídicas) – Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/40379/1/2019_dis_feapereira.pdf . Acesso em: 7 jun. 2021.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROCHA, Simone. A educação como projeto de melhoramento racial: uma análise do art. 138 da Constituição de 1934. Revista Eletrônica de Educação, v. 12, n. 1, p. 61-73, São Carlos, 2018. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2116> . Acesso em : 20 maio 2021.

ROCHA, Nara Maria Forte Diogo; COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos da. Multiculturalismo, interculturalidade e identidades: A ancestralidade africana na educação brasileira.. VIII Congresso português de sociologia. 40 anos de democracias: progresso, contradições e perspectivas, p.1-11, Universidade de Évora, Portugal, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Nara-Rocha/publication/279517518_MULTICULTURALISMO_INTERCULTURALIDADE_E_IDENTIDADES_A_ANCESTRALIDADE_AFRICANA_NA_EDUCACAO_BRASILEIRA/inks/55948bf308ae99aa62c59b8a/MULTICULTURALISMO-INTERCULTURALIDADE-E-IDENTIDADES-A-ANCESTRALIDADE-AFRICANA-NA-EDUCACAO-BRASILEIRA.pdf . Acesso em: 20 maio 2021.

ROSA, Sonia. Entre textos e afetos: formando leitores dentro e fora da escola. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

SEGATO, Rita. Raça é signo. Série Antropologia, n. 372, Departamento de Antropologia, UnB, Brasília, 2005.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. Letramento. SILVA, Cidinha da. (Org.) Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura e bibliotecas no Brasil. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2014.

SHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. Companhia das Letras; São Paulo; 1993.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Metodologia da pesquisa. 2009.

TREVISOL, Joviles Vitório; NIEROTKA, Rosileia Lucia. “Lei das cotas” e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro. Quaestio-Revista de Estudos em Educação, v. 17, n. 2, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/2406> . Acesso em: 25 maio 2021.